



## **LEI MUNICIPAL Nº 1.988 – DE 26 DE JANEIRO DE 2017.**

“Dispõe sobre CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL e dá outras providências”.

**MAERCIO DIAS DE MENEZES**, Prefeito Municipal de Aparecida d'Oeste, Comarca de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei:

**Art. 1º** - O Executivo Municipal fica autorizado a conceder subvenção social, durante o exercício de 2017 à entidade IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE APARECIDA D'OESTE, inscrita no CNPJ nº 15.129.202/0001-76, estabelecida na Rua São Paulo, nº 1.235, nesta cidade, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 528/85, que presta serviços na área de saúde.

**§ 1º** - A subvenção constituir-se-á da seguinte forma:

**I** – Parte fixa, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para despesas de custeio, a ser repassados até o dia 30 de janeiro de 2017, com recursos de restituição do orçamento de 2016 da Câmara Municipal.

**II** – Parte variável, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao mês, calculada com base nas atividades postas à disposição da coletividade, de forma gratuita, consubstanciado na prestação de serviços de PRONTO-SOCORRO, com ATENDIMENTO AMBULATORIAL, realizando CONSULTAS MÉDICAS, SERVIÇOS DE ENFERMAGEM, CURATIVOS, SUTURAS, ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO LOCAL, com atendimento de 24 horas por dia, ininterruptamente

**§ 2º** - A subvenção social de que trata o inciso II do parágrafo 1º da presente Lei será repassada à entidade beneficente, retro mencionada, até o dia 10 de cada mês, com vigência durante o presente exercício financeiro de 2017.

**Art. 2º** - A Entidade beneficiada firmará **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL**, perante a Municipalidade, conforme minuta constante do Anexo I, que é parte integrante da presente Lei.

**Parágrafo Único** – A subvenção está condicionada à obrigação de prestar contas na forma estabelecida no termo referido no *caput* desse artigo.

**Art. 3º** - As despesas com a execução da presente Lei serão custeadas com dotação orçamentária, prevista no orçamento vigente e suplementadas se necessário.



**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagido seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste/SP, 26 de janeiro de 2017.

**MAERCIO DIAS DE MENESES**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Divisão de Administração e publicada na imprensa oficial do Município e será remetida cópia ao Cartório de Registro Civil e Anexo e à Câmara Municipal, para os devidos fins, tudo como faculta a Lei Orgânica do Município.

**PAULO JOSÉ SANCHES**  
Chefe da Divisão de Administração



## ANEXO I

### TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

**Concedente: Município de Aparecida d'Oeste/SP**

**Beneficiado: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Aparecida d'Oeste**

**Origem: Lei Municipal nº 1.988 – de 26 de janeiro de 2017**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (2017), de um lado o Município de Aparecida d'Oeste/SP, CNPJ nº 46.605.051/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARCIO DIAS DE MENEZES, brasileiro, casado, agropecuarista, portador do RG nº 17.872.526-2, inscrito no CPF nº 043.116.228-05, residente e domiciliado na Rua Adelaide Tinarelli, nº 655 – Centro - Aparecida d'Oeste/SP, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.988/2017, doravante denominado simplesmente "MUNICÍPIO", e de outro lado, a entidade Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Aparecida d'Oeste, devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº 45.129.202/0001-76, estabelecida à Rua São Paulo, nº 1.235, na cidade de Aparecida d'Oeste/SP, neste ato representada pelo seu Provedor o Sr. ADILSON DE SOUZA FREIRE, portador do RG nº 14.404.659-3 e do CPF nº 049.827.428-47, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado à Rua José Thomás, nº 564, doravante denominada simplesmente "ENTIDADE", é firmado o presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL a ser regido pelas cláusulas e condições seguintes:

#### Cláusula Primeira – Objetivo

O presente Termo de Concessão de Subvenção Social tem por objetivo auxiliar na manutenção das atividades desenvolvidas pela "ENTIDADE", através do estabelecimento da Cooperação Técnica e Financeira, com o que serão promovidos:

1 – O planejamento de critérios e metodologia de ação para o entendimento de usuário da entidade, conforme orientação básica do Setor de Assistência Social deste Município e/ou de órgãos de assistência social do Governo Estadual e Federal.

#### Cláusula Segunda – Obrigações do Município

1 – Compete ao "MUNICÍPIO" através do Setor de Assistência Social e das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social:

- a) Assessorar tecnicamente, supervisionar e adequar critérios de orientação básica, de acordo com as peculiaridades da entidade dentro do contexto do Município;
- b) Colaborar com a entidade para, juntamente com outros organismos ou instituições, articular a implantação de medidas indicadas pela orientação básica.

2 – Compete ao "MUNICÍPIO" através das Secretarias de Administração e Finanças:

- a) Promover a liberação dos recursos orçamentários consignados no orçamento vigente e a devida liberação financeira para fazer à despesa decorrente deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL.



## Cláusula Terceira – Obrigações da Entidade

1 – Compete à "ENTIDADE":

a) aplicar no âmbito de suas atribuições aqui ajustadas, os recursos municipais alocados à disposição deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, de forma a atender as suas peculiaridades;

b) aplicar os recursos municipais, dentro dos seguintes elementos: medicamentos e materiais para enfermagem, pessoal, higiene, material pedagógico ou matéria prima para cursos, educação, água, luz, gás, cópias de documentos, telefone, pequenos consertos visando à conservação das instalações físicas e dos equipamentos da entidade ou outras despesas diferentes à manutenção da clientela atendida;

c) criar condições técnicas adequadas de trabalho, visando o bom padrão de atendimento ao seu usuário;

d) promover a dotação, em seu orçamento, dos recursos necessários à complementação e manutenção dos seus trabalhos junto aos usuários;

e) providenciar em tempo hábil, os documentos necessários à manutenção do presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, de acordo com o prazo estabelecido pelas Secretarias de Administração e Finanças.

**Parágrafo Único** – considerar-se-ão os seguintes documentos como imprescindíveis à manutenção do presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL:

- Programação das atividades a serem desenvolvidas no ano em curso;
- Relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;
- Prestação de contas dos recursos recebidos no exercício anterior;
- Balanços Financeiros e Patrimoniais encerrado em 31 de dezembro do exercício anterior;
- Ata de Eleição e Posse da atual Diretoria.

## Cláusula Quarta – Do repasse

A Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste/SP, através da Secretaria de Finanças, procederá ao repasse dos recursos financeiros, mensalmente, relativo à parte fixa, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), através de prévio empenho e pago até o dia 10 (dez) de cada mês seguinte ou mês específico.

## Cláusula Quinta – Da prestação de contas

A "ENTIDADE" obrigará-se-á a prestar contas da aplicação das subvenções recebidas, impreterivelmente até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, devendo oferecer formas estabelecidas nas instruções pertinentes do tribunal de Contas do Estado de São Paulo, todavia deverá apresentar balancete mensal, enviando cópias à Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste e Câmara Municipal 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente.

## Cláusula Sexta – Do inadimplemento

Fica expressamente proibida a:

- redistribuição de recursos;



- assim como prorrogação de prazo de aplicação ficando suspensas novas concessões se inadimplente.

O inadimplemento das obrigações constantes deste Termo de Concessão de Subvenção Social autorizará a sua denuncia por quaisquer das partes. O inadimplemento, por parte da "ENTIDADE", a obrigará a devolver à Fazenda Municipal, a totalidade da subvenção recebida, corrigida pelo IPCA/IBGE.

## **Cláusula Sétima – Das disposições gerais**

O presente Termo de Concessão de Subvenção Social vigorará durante o presente exercício, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo dos participantes ou por denúncias de qualquer deles, independentemente de indenização.

## **Cláusula Oitava – Do Fórum**

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmeira d'Oeste/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL.

Pelo "**MUNICÍPIO**"

**MAÉRCIO DIAS DE MENEZES**  
Prefeito Municipal

Pela "**ENTIDADE**"

**ADILSON DE SOUZA FREIRE**  
Representante Legal

Testemunhas:

**01. Neusa Alves de Azevedo**  
RG nº 21.860.185-2

**02. Paulo José Sanches**  
RG nº 19.239.781